

A PÓS-VERDADE NO JORNALISMO BRASILEIRO DURANTE O PROCESSO DE IMPEACHMENT DA EX-PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

Paulo Henrique Apolinário¹

João Flávio de Almeida²

RESUMO: O processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff dividiu o país. No geral, dois discursos tomaram conta das discussões políticas e midiáticas sobre o tema. A afirmação de que foi um golpe, e a de que o processo correu de acordo com os trâmites legais. Esta pesquisa busca analisar como este fenômeno trata-se de uma materialização do conceito da pós-verdade. E também, como a linguagem jornalística e a própria língua podem interferir na significação das narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, impeachment, pós-verdade, análise do discurso.

Introdução e metodologia

Majoritariamente, existem hoje dois discursos acerca do processo de impeachment que depôs a ex-presidente Dilma Rousseff: aquele que alega que ela sofreu um golpe de estado, e o discurso que defende a legalidade do processo de impeachment. O presente trabalho não se propõe a analisar as demais ramificações e tipificações do processo sofrido pela ex-presidente, tampouco eleger um discurso “vencedor”. O objetivo principal deste artigo é lançar luz sobre a criação, manutenção e embate dos dois discursos, e, por conseguinte, analisar como a “verdade” pode ser maleável e adaptável dentro do jornalismo: como veremos, é possível contar várias “verdades” diferentes sobre um mesmo acontecimento³.

Para tanto, serão analisadas as publicações das revistas Veja e Carta Capital em relação ao processo de impeachment; serão analisados principalmente capa, título,

¹ Aluno de jornalismo da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). E-mail: p.henriqueap@hotmail.com

² Doutorando pelo PPGCTS da UFSCar. E-mail: joaoflaviodealmeida@gmail.com

³ A noção de acontecimento é muito cara à Análise do Discurso de Michel Pêcheux. De forma geral, todo acontecimento discursivo só alcança esse patamar se sair da normalidade dos acontecimentos corriqueiros. Dito de outra forma, um acontecimento discursivo é aquele que, quando se choca com os dizeres já-ditos, provoca movência e ruptura capazes de produzir resignificação (ORLANDI, 2003).

subtítulo e *lead*. A importância destes itens para a estruturação de uma matéria jornalística tornou-se lugar comum entre os jornalistas, mas cabe um parêntese. Segundo Galarça (2007), o *lead* configura-se como uma abertura de texto padrão, privilegiando as últimas informações a respeito do evento a ser narrado, permitindo uma melhor organização textual e uma melhor recepção por parte do leitor.

Deste modo, o jornalista fornece ao leitor, logo de início, tudo o que ele precisa saber para entender a notícia. Todavia, não é raro encontrar *leads* sobre um mesmo fato compostos de maneiras totalmente diferentes de um veículo para o outro. Como explica Maldidder (2003), existem contradições próprias da língua. Ela não é exata. Um evento, ao ser narrado, passa pelo crivo da língua, que, por conseguinte, carrega consigo toda uma carga cultural e histórica de quem o narra. Não há descrição fiel de um evento, porque todas as “descrições” são feitas por intermédio de algum tipo de linguagem. Como por exemplo, no trecho abaixo, cronologicamente o primeiro do site da Carta Capital a respeito do assunto:

O Golpe sem disfarces

A despeito do esforço midiático para despistar a plateia, as conversações grampeadas confirmam o complô e apontam seus autores. As conversas gravadas por Sérgio Machado, e até o momento divulgadas pela *Folha de S.Paulo*, imprimem novo ritmo e novo rumo à manobra golpista que afastou Dilma Rousseff e entregou o governo interino a Michel Temer, o arguto professor de Direito Constitucional que rasga a Constituição. (CARTA, 2016, p.1)

Apesar do texto para revista nem sempre seguir a estrutura da pirâmide invertida, há uma hierarquia de informações e intenções em seu título, subtítulo e parágrafo de abertura que devem ser observados com cautela. O trecho acima da Carta Capital segue o padrão tradicional, porém, o excerto a seguir, retirado da Veja, aposta em uma abertura mais extensa e contextualizando o assunto, ao seu modo, antes de explorá-lo.

Impeachment põe fim ao ciclo do PT no poder. Queda de Dilma Rousseff põe o populismo e a corrupção no centro das preocupações nacionais. O PT nunca se sentiu tão poderoso como em 2010. Naquele ano, o presidente Lula terminava seu segundo mandato como recordista de popularidade e lançava a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República. Havia dois objetivos. A curto prazo, a eleição da primeira mulher pelas mãos do primeiro representante genuinamente popular a chegar ao posto. Um simbolismo caro à esquerda. (BRONZATTO; PEREIRA, 2016, p.1)

Se por um lado a Carta Capital atacou a mídia e o governo interino de Michel Temer de arquitetarem um golpe, por outro, a Veja decreta o fim do populismo petista como uma vitória. Adiante, no texto da Veja, é possível notar este tom.

Na quarta-feira passada, esse enredo foi dramaticamente abreviado. Por 61 votos a 20, os senadores aprovaram o impeachment de Dilma e encerraram um período de treze anos de governo do PT, atendendo ao clamor de milhões de brasileiros que foram às ruas em manifestações históricas. (BRONZATTO; PEREIRA, 2016, p.1)

A análise e a comparação dos dados serão feitas com base no referencial teórico da Análise do Discurso francesa, tomando como base fundamentos teóricos como interdiscurso, ideologia e memória discursiva. Também será utilizado o conceito de pós-verdade para descrever como o apelo às emoções e convicções pessoais podem criar “verdades distintas” sobre um mesmo fato.

Análise do Discurso

Para observar este conflito de discursos, serão utilizadas as ferramentas oferecidas pela Análise de Discurso de Michel Pêcheux. Segundo Orlandi (2009), o discurso é caracterizado pela sua capacidade de materializar uma ideologia. Por isso, a Análise do Discurso (doravante AD) é diferente de uma simples análise de conteúdo, a AD não procura o que o texto significa linearmente, mas “como” ele significa de maneira não estanque (ORLANDI, 2012). Deste modo, a AD não observa o significado estático de um discurso, mas a forma com que ele significa naquele dado contexto, e como ele se molda e se transforma durante o próprio processo discursivo. Por sua vez, a fala por si só não pode ser chamada de “discurso”, ela é apenas uma ferramenta, a matéria na qual o discurso adquire forma e espessura. E, em todo discurso, apesar da sua não-estabilidade, há uma regularidade que lhe dá características minimamente comuns para a sua compreensão.

O discurso não corresponde à noção de fala pois não se trata de opô-lo à língua como sendo esta um sistema, onde tudo se mantém, com sua natureza social e suas constantes, sendo o discurso, como a fala, apenas uma sua ocorrência casual, individual, realização do sistema, fato histórico, a-sistemático, com suas variáveis etc. O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento

que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto. A Análise de Discurso faz outro recorte teórico relacionando língua e discurso (ORLANDI, 2012, p.22).

Em alguma medida, o jornalismo trabalha a ilusão da língua transparente, apagando a carga histórica e social que há intrinsecamente em sua prática, e fazendo crer que aquilo que é dito corresponde, termo a termo, com os acontecimentos e o mundo. Assim, ao mesmo tempo em que o jornalismo insere suas marcas ideológicas por meio da língua, hierarquização de informações, silenciamentos, entre outros fatores, a prática jornalística realiza também um movimento de apagamento deste trabalho ideológico. Ora, se um dos valores da mídia é a descrição objetiva dos fatos, como é possível que um mesmo fato receba duas ou mais versões diferentes de acordo com o meio que o informa? Para Althusser, o “evidente”, ou melhor, a “verdade”, aponta invariavelmente para a existência de uma ideologia.

Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2012, p.46)

Desta forma, a fala do jornalista soa transparente, como se fosse possível ver e entender a totalidade do que foi dito (e não dito). A maioria dos textos sobre a ex-presidente, por exemplo, parecem narrar tão claramente os fatos que até mesmo uma leitura rápida de diferentes veículos já permite antever uma miríade incontável de verdades, todas “claras” e “inequívocas”, embora contraditórias. Como explica Faria (2016), o enunciado muitas vezes, soa óbvio, entretanto, a linguagem não segue uma linearidade locutor-receptor. Há ruído entre discursos, ideologia e posição social. Há de se levar em conta quem fala, quando fala, para quem fala e etc.

Pela ótica discursiva, o funcionamento da linguagem produz deslizamentos de sentidos. Diante de condições que poderiam determinar um enunciado óbvio, é possível que insurja um enunciado inesperado que, sobretudo, irá funcionar como óbvio para o sujeito que o enunciou. (FARIA, 2016, p.84)

Para o campo do jornalismo a verdade é uma noção cara. Ainda que não teorize frequentemente a respeito desse conceito, o jornalismo vende e ostenta o ideário de que só por intermédio de suas práticas é que se pode conhecer a verdade sobre um dado acontecimento. O jornalismo não apenas se apresenta como divulgador de informações, mas como propagador de informações verdadeiras, de “fatos”: transmissor da boa informação. Todavia, prescindível de qualquer teoria sobre a verdade no campo do jornalismo, basta uma análise um pouco mais minuciosa sobre um mesmo assunto em diferentes jornais, para que se depare com uma copiosa quantidade de verdades contraditórias. Logo, um importante questionamento que emerge neste texto lança luz sobre a contradição que tangencia a noção de verdade, e, por que não, a própria noção de pós-verdade.

Dizeres sobre a pós-verdade

Em 2016, o *Oxford Dictionaries* elegeu a “pós-verdade” como sendo a palavra do ano. Além da escolha, o dicionário também definiu o significado do termo com sendo aquilo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos tem menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (OXFORD, 2016). O jornalista britânico Matthew D’Ancona avalia que a sociedade passa por tempos nos quais a racionalidade está ameaçada pela emoção. Além disso, a aversão ao pensamento científico também é um agravante para o crescimento da pós-verdade. “No cerne dessa tendência global está um desmoronamento do valor da verdade, comparável ao colapso da moeda ou de uma ação” (D’ANCONA, 2018, p.20).

Apesar da aparição do termo no dicionário Oxford, e do estudo de outros autores que se propuseram a analisar do ponto de vista científico esse fenômeno, o termo não nasceu recentemente. Há um consenso entre os estudiosos da área de que o escritor sérvio-estadunidense, Steve Tesich, tenha sido o primeiro a usar o termo (D’ANCONA, 2018; FLOOD, 2016; KREITNER, 2016). Segundo Tesich, os estadunidenses estavam tão traumatizados com o caso Watergate – que resultou no pedido de impeachment do presidente Richard Nixon, e depois em sua renúncia – e também com outros escândalos,

que começara a dar as costas, propositalmente para a verdade e conspirar para a sua omissão. Em seu artigo “*A government lies*”, Tesich descreve o seguinte cenário:

Todos os ditadores até agora tiveram de trabalhar duro para suprimir a verdade. Por meio de nossas ações, estamos dizendo que isso não é mais necessário, que adquirimos um mecanismo espiritual capaz de despojar a verdade de qualquer significado. De uma maneira bem radical, como um povo livre, decidimos livremente que queremos viver em um mundo da pós-verdade. (TESICH, 1992, p.13)

Para D’Ancona, um dos motivos para o crescimento da pós-verdade foi a ruptura que a internet causou com os meios de comunicação tradicionais e as instituições governamentais e acadêmicas.

O século XX deixou como herança um sistema de instituições baseadas em regras e em evolução gradual; e uma hierarquia de conhecimento e autoridade, em que entidades representativas interagem com o Estado de acordo com protocolos comprovados. Hoje, essa estrutura está sendo desafiada por uma malha de redes vinculadas não por laços institucionais, mas pelo poder viral da mídia social, o ciberespaço e dos sites, que se deleitam em sua repugnância em relação à grande mídia (D’ANCONA, 2018, p. 63).

Com isso, o modelo vertical (no qual o jornalista repassa ao público a informação) fica abalado, e por isso um novo padrão horizontal passa a reger a mídia. Se por um lado esse formato democratizou a informação, por outro elevou a quantidade de informações na rede. Com essa saturação, e com a preferência natural dos sujeitos por narrativas, segundo D’Ancona, os discursos, até mesmo os com embasamento científico, foram enfraquecidos. Essa depreciação do discurso jornalístico fez com que suas supostas “verdades neutras” fossem colocadas em suspenso. “Jornal jamais é neutro, nem mesmo quando tenta fingir que é. O ato de publicar uma notícia e de desprezar outra é tudo menos um ato neutro. Nada tem de neutro o ato de destacar uma notícia e de resumir outra em poucas linhas” (NOBLAT, 2008, p. 104).

Novamente nos deparamos com uma contradição a respeito da noção de “verdade” que não só coloca todo o campo do jornalismo sob suspeição, mas também cria riscos às sociedades contemporâneas tão dependentes da informação. Resumimos tal contradição da seguinte forma: a noção de verdade (rejeitada pela maioria dos campos de conhecimento que tangem a linguagem por causa da imprecisão da língua), justamente

por que é auto imputada e reputada por um jornalismo contraditório, se torna a própria possibilidade de vir-a-ser da pós-verdade.

O impeachment da veja

A decisão da Câmara dos Deputados de aceitar o pedido de impeachment fez com que a Veja lançasse uma edição extra apenas para anunciar o acontecimento. Além do texto, a foto e as cores também carregam uma carga de significados. Na AD o texto não é apenas um conjunto de palavras e frases, ele é tudo aquilo que significa. Entende-se o texto como um resultado de várias relações significativas (ORLANDI, 2012).

O texto é texto porque significa. Então, para a análise de discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho signifiante do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica". (ORLANDI, 2012, p.69)

Dessa forma, lê-se a capa da revista em sua totalidade sintática, semântica e imagética. Nela, a revista traz a foto de uma manifestante envolta na bandeira do Brasil. O tom patriótico não foi por acaso. Durante todo o processo, a Veja, assim como outros setores da sociedade, criou um discurso que afirmava que haviam dois lados no processo de impeachment: os que eram contra o impeachment e os que eram a favor do país. Um dos colunistas mais populares da revista, Felipe Moura Brasil, publicou um texto em sua coluna intitulado "Impeachment x Impunidade: Brasil de um lado, PT do outro" (MOURA, 2017). A revista também publicou em seu encarte na edição especial as seguintes frases: "Somos todos Brasil" e "A Veja só vê um lado: o lado do Brasil" (VEJA, 2016).

Na AD, ao dizer algo, o locutor "deixa de dizer" uma infinidade de outras coisas. O não-dito (ORLANDI, 2012) é um ponto importante nesta discussão. Esta escolha pelo que é dito é vivenciada de maneira rotineira pelos jornalistas na escolha das palavras que formam o *lead*, na ordem das informações, nas fotos e nas cores. Portanto, quando a Veja usou uma figura supostamente patriótica em sua capa, ela deixou de mostrar todo o restante dos dizeres sobre estes acontecimentos. Todas as pessoas que vestiam a camiseta do PT, as que também foram para as ruas, as que não concordaram com a

decisão, as que não se posicionaram e uma infinidade de outras narrativas que se perderam no recorte utilizado pela revista. Ou seja, o “real” do impeachment não poderia jamais ser circulado, tanto pelo seu tamanho e infinidade de narrativas, quanto pelo posicionamento do veículo. A Veja opta pelo aforismo do “jornalismo isento e imparcial”, ainda que não exista uma linguagem jornalística pura: não existe uma linguagem que não esteja bordeada pela ideologia.

Imagem 1: Cada da revista Veja, edição 2477.



Fonte: www.veja.abril.com.br/edicoes-veja/

Na capa da edição 2477 é possível observar como a revista coloca Dilma Rousseff e Eduardo Cunha em pé de igualdade. Há um fundo preto, os semblantes dos políticos são sérios e em meio a dizeres que remetiam a falas de antagonistas da ex-presidente. Ao colocar os dois, lado a lado, a revista tenta, novamente, se esquivar das críticas que vinha recebendo de estar defendendo apenas o lado “pró-impeachment”, o que aponta para outra falha na compreensão da complexidade do processo: não existem apenas dois

lados. O real⁴ do acontecimento “impeachment” abarca muito mais do que as duas memórias que este trabalho busca expor. Aqui, observamos apenas duas vertentes que ganharam mais repercussão, mas, como dito, o real deste acontecimento é impossível de ser abarcado.

Não obstante, após receber críticas de imparcialidade, a revista respondeu, em um encarte dentro da edição 2474, com a seguinte frase: “Veja persegue. Persegue a verdade” (VEJA, 2016). No entanto um questionamento se avulta neste momento do texto: “verdade para quem?” O real do acontecimento impeachment é impossível de ser alcançado justamente por que a língua é incapaz de tudo dizer (ORLANDI, 2003). Logo, afirmar que se persegue a verdade, é, em alguma medida, um tipo de pós-verdade.

Como descrito por D’Ancona, referindo-se aos episódios que levaram o presidente Donald Trump ao poder: “Não havia realidade estável e verificável, apenas uma batalha incessante para defini-la: seus ‘fatos’ em contraste com os meus ‘fatos objetivos’”. (D’ANCONA, 2016. p. 24-25). O autor explica que a pós-verdade não pode ser considerada um sinônimo de mentira. Para ele, na pós-verdade o que importa não é uma ponderação racional, mas sim as convicções arraigadas. Dito isto, e retomando a ideia de que o real do acontecimento impeachment é impossível de ser descrito e alcançado, observamos que ao se afirmar que a revista persegue “A Verdade”, ela não está mentindo para seu público, ao mesmo tempo em que também não está sendo coerente. A Veja persegue “uma” verdade. Um recorte do todo que é o acontecimento impeachment.

A tarefa do populismo é simplificar a todo custo, comprimir os fatos inconvenientes em uma forma preordenada ou excluí-los totalmente. O jornalismo tem como tarefas revelar a complexidade, a nuance [...]. (D’ANCONA, 2016. p. 45)

Acreditar ou não nesta “meia-verdade” fica a cargo dos efeitos causados pelo fenômeno pós-verdade. D’Ancona também acrescenta que a tarefa incessante do

⁴ A noção de Real é muito cara à Análise do Discurso de Michel Pêcheux. De origem lacaniana, essa noção aparece em Pêcheux como “o todo impossível de ser simbolizado pela língua” (ORLANDI, 2003). No entanto, existem ainda outras características de complexa definição que nos impede, aqui, de tentar tangenciar este termo de forma mais demorada. Nos ateremos, portanto, à noção de real como “impossível de ser simbolizado”.

jornalismo é revelar as complexidades e os paradoxos, e não findá-los com uma única asserção de “nós contamos a verdade”; para ele, isso se trata de populismo.

Carta Capital e o golpe

Durante o processo de impeachment, a revista Carta Capital apresentou pelo menos três linhas de argumentação para a validação do discurso do golpe. 1) Ele tem precedentes iguais ao golpe militar de 1964, portanto, é antidemocrático; 2) Ele foi articulado por políticos que queriam se livrar da Operação Lava-Jato; 3) O antipetismo foi um dos fatores preponderantes para a consolidação do golpe.

Pouco depois da revista Veja lançar seu caderno especial sobre o impeachment, a Carta Capital, que já demarcava seu posicionamento contrário ao processo, publicou, por meio do seu fundador um texto intitulado "Bem pior que 64".

Certo é que o golpe de 2016, a mostrar a nossa imaturidade para qualquer tentativa democrática e a fragilidade de quanto foi construída depois da saída do general Figueiredo pela porta dos fundos do Planalto, é muito pior, infinitamente mais assustador, do que o de 1964. (CARTA, 2016, p. 1).

Segundo Orlandi (2012), a memória é o "saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra". (ORLANDI, 2012, p. 31). Nestes termos, a comparação com o Golpe de 64⁵ foi importante para quem se opunha ao processo de impeachment, afastando o processo de Dilma Rousseff da memória do processo de Fernando Collor de Mello, de 1992.

⁵ O Golpe de 1964 foi realizado por uma coligação de forças e interesses, composta pelo grande empresariado brasileiro, por latifundiários – proprietários de grandes parcelas de terras, e por empresas estrangeiras instaladas no país, sobretudo aquelas ligadas ao setor automobilístico. A conspiração contou com a participação de setores das Forças Armadas, aos quais a maioria da oficialidade acabou aderindo, diante da passividade da liderança militar legalista, ou seja, aquela que era contra um golpe de força contra o presidente eleito. [...] Chamar a deposição de João Goulart de “golpe” ou de “revolução” revelava, e ainda revela, a linha ideológica da pessoa. Para a direita, sobretudo militar, o que estava em curso era uma revolução que iria modernizar economicamente o país, dentro da ordem. Para a esquerda e para os setores democráticos em geral, não havia dúvidas: tratava-se de um golpe de Estado, um movimento de uma elite, apoiada pelo Exército, contra um presidente eleito. A historiografia convencionou chamar o acontecimento de golpe, pelo caráter antirrevolucionário e antirreformista do movimento civil-militar que derrubou Jango. (ORIGENS...s.d.)

Na edição 895, Mino Carta abre seu editorial com a seguinte frase: "É golpe, é golpe sim. Verdade factual, diria Hannah Arendt, a verdade única, inegável (CARTA, 2016)". Há, de certo modo, uma relação com a "verdade" perseguida pela Veja. Como já explorado anteriormente, na AD há uma ilusão que faz o sujeito acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, fala e mundo (ORLANDI, 2012). Os dois parágrafos seguintes do texto de Carta são tomados por uma linguagem literária, com vários adjetivos e ironia.

A despeito das afirmações em contrário de pançudos alquimistas do engano, envoltos em prosopopeia. E dos editoriais dos jornais e programões, e das colunas e reportagens dos sabujos midiáticos, de lida tão árdua com o vernáculo, mas de fantasia acesa. E dos rentistas que se dizem empresários de um país que exporta commodities, de juizecos provincianos e advogados mafiosos que em cada lei enxergam a oportunidade de burlá-la. E de agentes ditos da ordem empenhados em semear a desordem e de funcionários do Estado dispostos a financiar no exterior campanhas a favor do golpe, como Furnas a patrocinar tertúlias lisboetas de Gilmar Mendes e José Serra (CARTA, 2016, p.1)

Para Matthew D'Ancona, textos passionais, assim como o de Carta, fazem parte do funcionamento da pós-verdade. "A necessidade de simplicidade e ressonância emocional: uma narrativa que dava significado visceral a uma decisão que talvez parecesse técnica e abstrata" (D'ANCONA, 2016. p. 27). Com isso, é possível subjugar todo o contexto técnico e jurídico do processo, apenas pelos fatos passionais e conluios políticos de bastidores. Já que, o real do acontecimento impeachment, é também a discussão técnica, a jurídica, o conluio político, os bastidores e diversos outros fatores que foram silenciados do texto de Carta, que cita apenas uma vez a palavra "pedalada fiscal" e dez vezes a palavra "golpe".

Outro argumento que sustentou o discurso anti-impeachment foram as gravações entre o então senador, Romero Jucá (MDB) e o empresário, Sérgio Machado. O diálogo, segundo divulgado pela Polícia Federal, tratava de um possível grande acordo entre políticos, empresários e juizes para minimizarem os impactos da Operação Lava-Jato. A conversa foi utilizada pela Carta Capital para desmerecer o processo de impeachment, para atribuir uma imagem de complô e golpe antidemocrático.

Entre os muitos detalhes dos áudios, divulgados pelo jornal Folha de S.Paulo, surge uma indicação de que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (PT) era parte de uma estratégia para barrar as investigações da Lava Jato. [...] “Machado: É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional. Jucá: Com o Supremo, com tudo. Machado: Com tudo, aí parava tudo.” (CARTA, 2016, p.1)

O excerto acima foi publicado no dia 23 de maio de 2016 e traz um trecho importante que fragiliza o discurso da própria revista.

MACHADO - Eu acho o seguinte, a saída [para Dilma] é ou licença ou renúncia. A licença é mais suave. O Michel forma um governo de união nacional, faz um grande acordo, protege o Lula, protege todo mundo. Esse país volta à calma, ninguém aguenta mais. Essa cagada desses procuradores de São Paulo ajudou muito. [referência possível ao pedido de prisão de Lula pelo Ministério Público de SP e à condução coercitiva dele para depor no caso da Lava Jato. (CARTA, 2016, p.1)]

Contudo, no dia 2 de junho de 2016, a revista adota um tom mais incisivo contra os articuladores do impeachment e omite o trecho que envolve o nome do ex-presidente Lula.

A conversa não deixa dúvidas, razão para Jucá, um dos generais do governo provisório de Michel Temer, ter perdido o emprego de ministro do Planejamento após meros 13 dias no cargo. O impeachment moveu-se por uma conspiração contra o combate à alta corrupção personificado na Lava Jato, e não somente pelos erros políticos e econômicos de Dilma e pela fúria da oposição contra o PT. (BARROCAL, 2016, p.1)

Todavia, assim como a Veja, o texto da Carta Capital suprime trechos importantes – e estratégicos –, se apropriando dos sentidos e, por conseguinte, se apropriando das memórias. A omissão do trecho no qual é articulada uma possível “proteção” a Lula, poderia mudar, em partes, o entendimento do público em relação à complexidade do processo de impeachment e das gravações. Neste ponto a Carta Capital insere uma terceira linha argumentativa sobre o impeachment: de que os políticos que conspiraram o golpe estariam, na verdade, tentando se livrar da Operação Lava-Jato. Teoria que fica debilitada, do ponto de vista do antipetismo, se levado em consideração o trecho acima de Sérgio Machado e o possível acordo para “proteger o Lula”. Como descrito por Robin (2016), o verdadeiro esquecimento e silenciamento de um acontecimento se dá quando, logo em seguida, inserimos uma nova narrativa no lugar que fora ocupado pela anterior. Retirar o depoimento de um investigado, como a fala de Sérgio Machado, para que, em seguida, se possa acentuar a crítica aos opositores, não deixa de ser uma substituição.

Considerações finais

Se não bastasse o posicionamento ideológico das revistas – que não é estanque, ele se move e altera-se ao longo do tempo, mas sempre fica em torno de uma mancha ideológica, ao invés de um posicionamento demarcado – há o problema da língua na descrição de um acontecimento. Não há descrição fiel de um acontecimento porque todas as descrições são feitas por intermédio da linguagem, e por isso demandam interpretação. Existem contradições, frases e símbolos que podem receber um ou mais significados. Portanto, antes da arbitrariedade do *lead*, na escolha dos "fatos mais importantes" a serem narrados pelo jornalista, há a arbitrariedade e a falha estrutural da língua que fornece diversos sentidos.

Esta é uma falha que o jornalismo precisa aceitar. Não há um demérito para a profissão em aceitar que a imparcialidade é um objetivo idealizado. A busca incessante por ela é que afina o jornalismo ao longo do tempo. Um jornalismo que se acomoda e acredita cegamente que ele é o porta voz da verdade absoluta de um fato tão complexo e com diferentes ramificações apresenta não só problemas éticos, mas também uma falha em um quesito lógico da prática jornalística: o jornalista retrata a verdade, mas não a detém. E foi justamente isso o que buscamos analisar neste trabalho. Ambas as revistas, em certo ponto do processo de impeachment, reclamaram para si o título de propagadoras da verdade. Com todas as letras, tanto a Veja quanto a Carta Capital afirmam dizer a verdade sobre o mesmo fato. Duas verdades completamente distintas.

Em alguma medida, nenhuma das revistas mentiu. Ou seja, nenhum dos dois veículos subverteu a verdade, apenas contaram diferentes trechos desta verdade, e não narraram (silenciaram), deliberadamente, outros trechos. E, de certo modo, não é isso que o jornalismo faz? Construir um *lead* não é escolher fragmentos – deliberadamente – que melhor descrevem um acontecimento? Diversos critérios podem ser utilizados para fazer esta escolha: tempo, linha editorial do veículo, repertório do repórter, emoção etc.

Afirmar que o jornalismo é imparcial, é ignorar um fato tão recente e acompanhado ao vivo por tantas pessoas, como o impeachment de Dilma Rousseff. A cobertura do processo de impeachment foi tão grandiosa, material e complexa, que é

preciso realizar um esforço hercúleo para criar uma narrativa de que toda essa complexidade possa ser resumida em apenas duas vias: “foi golpe” e “não foi golpe”. É necessário um grande esforço discursivo para tornar simples aquilo que é complexo. E assim, foi possível ver emergir estas duas narrativas simplificadoras, se escorando nos limites do jornalismo, nas brechas na justiça, nas falhas da língua e na emoção da audiência. Como proposto por Steve Tesich, criador do termo pós-verdade, “De uma maneira bem radical, como um povo livre, decidimos livremente que queremos viver em um mundo da pós-verdade (TESICH, 1992, p.13)”.

Finalmente, defendemos o pressuposto de que a origem da pós-verdade é justamente a tentativa do jornalismo em fazer crer que produz “verdades”. Uma mudança de postura em relação à imparcialidade e a “verdade” devem ser tomadas tanto por jornalistas quanto pelo público. A busca por diferentes narrativas a fim de construir uma imagem mais próxima o possível do “real” do fato é o que deve nortear a sociedade. Entendendo sempre que o “real” de um fato nunca será alcançado, e quem disser que o alcançou, deve ser observado com cautela. A insistência na busca de um recorte amplo da realidade deve ser permanente. Aceitar a complexidade ao invés do simples. A humildade pela busca interminável pela verdade, ao invés da soberba da pós-verdade.

Referências

BARROCAL, André. **Não há dúvidas de que complô contra Dilma envolveu políticos e Supremo**. 2016. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/revista/903/nao-ha-duvidas-de-que-complô-contra-dilma-envolveu-politicos-e-supremoe%20Supremo>>. Acesso em 12. Out. 2018.

Moura, Felipe. **Impeachment x Impunidade**: Brasil de um lado, PT do outro, 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/impeachment-x-impunidade-brasil-de-um-lado-pt-do-outro/>>. Acesso em 17. Nov. 2018.

BRONZATTO, Thiago; PEREIRA, Daniel. **Impeachment põe fim ao ciclo do PT no poder**. 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/impeachment-poe-fim-ao-ciclo-do-pt-no-poder/>>. Acesso em 18 de setembro de 2018.

CARTA CAPITAL. Ed. 879, Editora Confiança, 2016.

_____. Ed. 880, Editora Confiança, 2016.

_____. Ed. 894, Editora Confiança, 2016.

_____. Ed. 895, Editora Confiança, 2016

CARTA CAPITAL. **Jucá**: entenda a primeira crise do governo Temer, 2016. Disponível em : <<https://www.cartacapital.com.br/politica/juca-entenda-a-primeira-crise-do-governo-temer>>. Acesso em 11. Nov. 2018.

_____. **Manifesto**, 2013. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/editora/cartacapital>>. Acesso em 11 . Nov. 2018.

CARTA, Mino. **A reinvenção do golpe**, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/894/a-reinvencao-do-golpe>>. Acesso em 16. Nov. 2018.

_____. **É golpe, sim!**, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/895/e-golpe-sim>>. Acesso em: 17. Nov. 2018

_____. **Bem pior que 64**. Carta Capital, ed. 898, Editora Confiança, 2016. <<https://www.cartacapital.com.br/revista/898/bem-pior-que-64>>. Acesso em 18. Set. 2018.

_____. **Lula Vs. casa-grande**, 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/981/lula-vs-casa-grande>>. Acesso em: 16. Nov. 2018.

_____. **O golpe sem disfarces**, 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/903/o-golpe-sem-disfarces>> . Acesso em 18. Set. 2018.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade**: A Nova Guerra Contra os Fatos em Tempos de Fake News. Barueri, Faro Editorial, 2018

FLOOD, Alison. **'Post-truth' named word of the year by Oxford Dictionaries**, 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2016/nov/15/post-truth-named-word-of-the-year-by-oxford-dictionaries>>. Acesso 10. Jun. 2018.

KREITNER, Richard. **Consequences**: What a 25-Year-Old Essay Tells Us About the Current Moment, 2016. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/post-truth-and-its-consequences-what-a-25-year-old-essay-tells-us-about-the-current-moment/>>. Acesso em Acessado em 10. Jun. 2018.

LEITE, Paulo Moreira. **O golpe de 2016 à luz da história**, 2018. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/blog/paulomoreiraleite/239515/O-golpe-de-2016-%C3%A0-luz-da-hist%C3%B3ria.htm>>. Acesso em 18. Set. 2018.

MALDIDIDER, Denise. **A Inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux**. Campinas, Editora Pontes, 2003.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**, São Paulo. Editora Contexto, 2008.

ORIGENS..., s.d. **Origens do golpe. Memórias da Ditadura** Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/origens-do-golpe/index.html>>. Acesso em 18. Set. 2018

ORLANDI. Eni Pulcinelli. **Discurso e Leitura**. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**. Campinas, Editora Pontes, 2003.

_____. **Análise de Discurso: princípios & procedimento**. Campinas, Editora Pontes, 2012.

OXFORD Living Dictionaries. **Post-truth**. 2016 Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/post-truth>>. Acesso em 10. Jun. 2018

ROBIN, Régine. **A Memória Saturada**. Campinas, Editora Unicamp, 2016.

TESICH, Steve. **A Government of Lies. The Nation**, 1992. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/oBynDrdYrCLNtdmtoSFZFeGMtZUFsT1NmTGVTQmc1dEpmUC1z/view>>. Acessado em 10. Jun. 2018.

VEJA. Ed. 1095, Editora Abril, 1989.

_____. Ed. 2469, Editora Abril, 2016.

_____, Ed. 2477, Editora Abril, 2016.

_____, Ed. 2474, Editora Abril, 2016.

_____, Ed. Especial 2474, Editora Abril, 2016.